

A FACE OCULTA DA DITADURA DOMÉSTICA E O ALCANCE DA LEI MARIA DA PENHA APÓS 20 ANOS DA SUA PUBLICAÇÃO

Gabriela Carvalho Galosa¹; Talita Pimentel Coelho²; Viviane Bastos Machado³

¹Estudante Universidade Iguazu – UNIG (Campos V);

²Estudante Universidade Iguazu – UNIG (Campos V);

³Docente Universidade Iguazu – UNIG (Campos V)

E-mail do autor principal: gabrielacarvalhogalosa@gmail.com;

Introdução e/ou Fundamento: A violência doméstica contra a mulher permanece como um dos principais desafios sociais e jurídicos contemporâneos, apesar dos avanços legislativos promovidos nas últimas décadas. A Lei nº 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha, representou um marco na proteção dos direitos das mulheres no Brasil ao reconhecer diferentes formas de violência doméstica e familiar. Ainda assim, muitos episódios de violência permanecem invisibilizados no espaço privado, revelando a persistência de estruturas históricas de desigualdade de gênero. **Objetivo:** Analisar o alcance da Lei Maria da Penha após duas décadas de sua promulgação, destacando as formas menos visíveis de violência doméstica e discutir os desafios para a efetiva proteção das mulheres no ambiente familiar. **Material e Métodos:** Trata-se de pesquisa de natureza qualitativa, com abordagem bibliográfica e documental. Foram analisados dispositivos legais, especialmente a Constituição Federal de 1988, o Código Civil de 2002 e a Lei Maria da Penha, além de dados estatísticos recentes divulgados por órgãos oficiais. Também foram considerados referenciais históricos acerca da evolução dos direitos das mulheres no ordenamento jurídico brasileiro. **Resultados:** A análise evidencia que, embora a legislação brasileira tenha avançado significativamente na garantia da igualdade de gênero, muitas práticas de controle e opressão persistem no ambiente doméstico. A Lei Maria da Penha ampliou o conceito de violência ao incluir formas psicológica, moral e patrimonial, porém grande parte desses episódios permanece pouco reconhecida socialmente. Dados recentes apontam crescimento nos casos de feminicídio e revelam que a maioria das ocorrências acontece dentro da própria residência da vítima. Além disso, parcela significativa das mulheres ainda desconhece plenamente os mecanismos legais de proteção existentes. **Conclusões:** Mesmo após vinte anos de vigência da Lei Maria da Penha, a violência doméstica continua sendo um problema estrutural na sociedade brasileira. A efetividade da legislação depende não apenas da existência de normas protetivas, mas também da ampliação da divulgação de direitos, do fortalecimento das políticas públicas de proteção e da transformação de padrões culturais que ainda dominam no espaço familiar.

Palavras-chave: Violência doméstica; Lei Maria da Penha; Direitos das mulheres; Feminicídio.